

EDITAL RESUMIDO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA M.E./E.P.P.

Modalidade: Pregão Presencial nº 009/2017.

<u>Objeto:</u> Aquisição de papel sulfite; gramatura 75 gr/m²; formato A4, visando atender a Fundação Municipal de Proteção de Defesa do Consumidor - PROCON.

Tipo de licitação: Menor preço.

Data da realização: 30/11/2017.

<u>Credenciamento</u> - A partir das 09:00 horas do dia 30/11/2017 até 09h30min do mesmo dia.

Recebimento de envelopes (proposta de preços e habilitação) e disputa de lances - A partir das 09h30min do dia 30/11/2017.

Valor inicial de referência da licitação: R\$ 10.267,20

Fonte de recursos: FONTE DO FUNDO.

Informações:
O Edital poderá ser retirado junto a Fundação Municipal de Proteção de Defesa do Consumidor - PROCON, endereço: Avenida Leopoldino de Oliveira nº 2.976 - Bairro Estados Unidos, portando pen-drive. Demais informações podem ser obtidas pelo telefone (34) 3334-9101 e/ou pelo e-mail:

<cotacao.procon@uberabadigital.com.br>.

Uberaba/MG, 13 de novembro de 2017.

Rodrigo Mateus de Oliveira Signorelli
Presidente da Fundação Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON



EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

EXCLUSIVO PARA M.E./E.P.P.

<u>Objeto:</u> aquisição de papel sulfite; gramatura 75 gr/m²; formato A4, visando atender a Fundação Municipal de Proteção de Defesa do Consumidor - PROCON.

<u>Tipo de licitação:</u> Menor preço.

Data da realização: 30/11/2017.

<u>Credenciamento</u> - A partir das 09:00 horas do dia 30/11/2017 até 09h30min do mesmo dia.

Recebimento de envelopes (proposta de preços e habilitação) e disputa de lances - A partir das 09h30min do dia 30/11/2017.

<u>Local:</u> Fundação Municipal de Proteção de Defesa do Consumidor - PROCON, situado na Avenida Leopoldino de Oliveira nº 2.976 — Bairro Estados Unidos - CEP 38.015-000, e será conduzido pelo Pregoeiro responsável com auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Em caso de vir a ser decretado feriado nacional, estadual ou municipal no dia previsto para a disputa de lances, o ato ficará automaticamente transferido para o primeiro dia útil seguinte, permanecendo o mesmo horário.

O Presidente da Fundação Municipal e Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, usando a competência delegada pela Portaria Municipal nº 004/2017, torna público que se encontra aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO (PRESENCIAL), do tipo MENOR PREÇO, objetivando a aquisição de papel sulfite; gramatura 75 gr/m²; formato A4, em atendimento a Fundação PROCON Uberaba/MG.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e ANEXOS que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão Presencial, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

ESTA LICITAÇÃO SE DESTINA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS COMPROVADAMENTE ENQUADRADAS COMO MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL E EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006 (E SUAS ALTERAÇÕES).



I - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto desta licitação a aquisição de papel sulfite; gramatura 75 gr/m²; formato A4, conforme especificações constantes no ANEXO I que acompanham este Edital.

II - DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA.

- 2.1 A entrega deverá ser efetuada em uma única parcela, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pelo titular da Secretaria Requisitante ou por preposto por ele designado.
- 2.2.1 A entrega do objeto constante no ANEXO I deverá ser feita na Fundação Municipal de Proteção de Defesa do Consumidor PROCON, endereço: Avenida Leopoldino de Oliveira nº 2.976 Bairro Estados Unidos CEP: 38.015-000, em horário comercial, de segunda à sexta-feira, a qual será de total responsabilidade e risco do licitante vencedor, incluindo a carga, transporte e descarga, sendo a aceitação do objeto realizada pela Comissão de Recebimentos de Materiais responsável.
- 2.3 O objeto desta licitação deverá ser entregue na mesma forma em que é apresentado no comércio, desde que atenda às especificações solicitadas.
- 2.3.1 O licitante vencedor ficará obrigado a trocar, às suas expensas, o produto que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
- 2.4 A Fundação PROCON se reserva o direito de não receber os materiais/produtos que sejam entregues em:
- 2.4.1 Embalagens que não proporcionem uma condição boa de identificação e conferência no ato do recebimento.
- 2.4.2 Produtos fora das embalagens originais ou que estejam em estado tal que suscitem sinais de violação ou dúvidas quanto à procedência dos mesmos.

III - DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 A participação nesta licitação é restrita às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, cujo ramo de atividade seja pertinente ao objeto ora licitado e que preencham as condições constantes neste Edital, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 3.2 É condicionada a participação nesta licitação somente de empresas que satisfaçam as condições constantes do Edital.
- 3.3 Não poderão participar desta licitação:
- 3.3.1 Pessoa jurídica ou natural consorciadas;



- 3.3.2 Pessoa jurídica ou natural, declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- 3.3.3 Pessoa jurídica ou natural em processo de liquidação, falência ou recuperação judicial:
- 3.3.3.1 Pessoa jurídica ou natural com situação patrimonial ou financeira deficitária, por não possuir condições de sustentar o eficiente cumprimento de suas obrigações contratuais;
- 3.3.3.2 Pessoa jurídica ou natural impedidas de transacionar com a Administração Pública ou qualquer dos seus órgãos ou entidades descentralizadas.
- 3.3.4 Pessoa jurídica ou natural dentre as quais haja gerentes, sócios que sejam servidores do MUNICÍPIO (seja da Administração Direta ou Indireta).
- 3.3.5 Pessoa jurídica ou natural, que tenham incorrido nas sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

IV - DO CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO, DAS MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

- 4.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 4.1.1 Tratando-se de representante legal, a cópia autenticada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.1.2 Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.
- 4.1.3 Caso a procuração não esteja com firma reconhecida, deverá ser anexado o Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial.
- 4.1.4 Tratando-se de pessoa natural, documento de identidade ou outro documento contendo foto, que identifique a pessoa.
- 4.1.4.1 Tanto o representante legal quanto o procurador deverão apresentar documento oficial de identificação que contenha foto.
- 4.1.5 Será admitido apenas 01 (um) representante credenciado, para cada empresa licitante.
- 4.2 Declaração de Pleno Atendimento aos requisitos exigidos para habilitação neste processo licitatório, conforme consta no ANEXO II deste Edital.



4.3 - Declaração de Inexistência de Impedimento Legal para Licitar aos requisitos exigidos para habilitação neste processo licitatório, conforme consta no ANEXO III deste

V - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope no 1 - Propos	sta
Pregão presencial nº	_/2017

Envelope nº 2 - Habilitação Pregão presencial nº _____/2017

- 5.2 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.
- 5.3 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro responsável ou por membro da Equipe de Apoio.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DE "PROPOSTA DE PREÇOS".

- 6.1 O envelope **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter os seguintes elementos:
- 6.1.1 Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
- 6.1.2 Número do Pregão Presencial;
- 6.1.3 Declaração de que nos preços do objeto estão incluídas todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Fundação PROCON, tais como frete, carga, descarga, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença;
- 6.1.4 Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:



7.1.1 - RELATIVO À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, com as respectivas alterações, se houver, devidamente registrado e arquivado na repartição competente.
- b) Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, em atendimento ao subitem anterior, desde que esteja devidamente consolidada às demais alterações.

OBSERVAÇÃO:

- 1) Caso a empresa já tenha apresentado o documento deste subitem, 7.1.1, no momento do credenciamento, fica dispensado de apresentá-lo novamente.
- 2) O ramo de atividade constante do objeto social deverá ser compatível ao objeto ora licitado.

7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 7.1.2.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 7.1.2.2 Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
- 7.1.2.3 Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual;
- 7.1.2.4 Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- 7.1.2.5 Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município do seu domicílio.
- 7.1.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

7.1.3 - RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.1.3.1 - Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou cópia autenticada desta, expedida pelo Cartório de Distribuição da Comarca da sua sede, com data atualizada, o que deverá ser de, no máximo, 90 (noventa) dias de antecedência à data da disputa de lances (artigo 31, inciso II da Lei Federal n° 8.666/1993).

7.2 - OUTRAS COMPROVAÇÕES:



- 7.2.1 Declaração formal de que o licitante não possui em seu quadro pessoal, menor de dezoito anos, empregado ou associado realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho, menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (Lei Federal nº 9.854/1999).
- 7.2.2 Declaração formal do licitante afirmando ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 123/2006 (e suas alterações).
- 7.2.3 Declaração formal do licitante afirmando não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por força da vedação imposta pelo artigo 18, inciso XII, da Lei Federal nº 12.708/2012.
- 7.2.4 É facultado ao Pregoeiro responsável e Equipe de Apoio, visando verificar e comprovar a veracidade da declaração prevista no subitem anterior, consultar e exigir dos licitantes, documentos pertinentes a tal constatação, bem como realizar outras diligências necessárias e voltadas para este fim.

7.3 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A HABILITAÇÃO:

- 7.3.1 Os documentos referidos nesta Cláusula (VII) poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada, sendo que, após examinados e rubricados pelo Pregoeiro responsável e/ou Equipe de Apoio, serão anexados ao processo desta licitação, não sendo aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade expirado.
- 7.3.2 Caso algum documento seja emitido via Internet, não será necessária a sua autenticação, uma vez que será efetuada a devida conferência, pelo Pregoeiro responsável e/ou Equipe de Apoio, no site do órgão competente.
- 7.3.3 Caso o licitante proclamado como vencedor do certame não tenha apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será este desqualificado, podendo ser aplicadas às penalidades previstas na legislação que rege o procedimento e será convocado, então, seguindo a ordem de classificação, o próximo classificado.
- 7.3.4 A comprovação de regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte somente será exigida conforme estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.3.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 7.3.6 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas



com efeito de negativa, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

- 7.3.6.1 A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro responsável.
- 7.3.6.2 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
- 7.3.6.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

VIII - DO PROCEDIMENTO PARA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO JULGAMENTO.

- 8.1 No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 8.2 Após os respectivos credenciamentos, os licitantes entregarão ao Pregoeiro responsável a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, de acordo com o estabelecido no ANEXO II deste Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 8.2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta de preço, não se admitirá qualquer outro credenciamento e, por consequência, a impossibilidade de inclusão de novos participantes no certame.
- 8.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro responsável visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- 8.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 8.4 As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;



- b) Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 8.4.1 Para efeito de seleção será considerado o preço global do lote.
- 8.5 O Pregoeiro responsável convidará individualmente os proponentes selecionados a formular lances de forma sequencial, a partir da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 8.5.1 O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 8.6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço do lote, aplicável inclusive em relação ao primeiro, considerando o valor global.
- 8.7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 8.8 O Pregoeiro responsável poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 8.9 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro responsável examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.9.1 A aceitabilidade poderá ser aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa de mercado, que poderá ser, se necessário, juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 8.10 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 8.11 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão Presencial, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante a verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 8.11.1 A verificação será certificada pelo Pregoeiro responsável e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 8.12 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.



- 8.13 Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro responsável examinará a oferta subseqüente de menor preço, negociará com o proponente, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável em razão de atender aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 8.14 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de R\$ 50,00 (cinquenta reais), do lote, aplicável inclusive em relação ao primeiro, considerando o valor global, podendo ser alterado na hora da disputa de preços, se de acordo com todos os licitantes.

IX - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

- 9.1 No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurados vista imediata dos autos.
- 9.2 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro responsável ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 9.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro responsável poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 9.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.
- 9.5 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6 O preço adjudicado permanecerá fixo e irreajustável.
- 9.7 O licitante que se ausentar antes do término da sessão decairá do direito de apresentar recurso.

X - DAS PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES DO PROCON

- 10.1 Acompanhar e fiscalizar, por meio de preposto designado pela Fundação PROCON, a execução da entrega do objeto deste Edital.
- 10.2 Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução da entrega, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo da entrega executada.



- 10.3 Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto neste Edital.
- 10.4 A Fundação PROCON, por meio de representante e a qualquer tempo, terá acesso à inspeção dos produtos a serem entregues pelo fornecedor, verificando as condições de atendimento da proposta.
- 10.5 Comunicar à empresa vencedora qualquer modificação que ocorrer, como a quantidade a ser entregue ou a mudança do endereço de entrega.
- 10.6 Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos do Edital.
- 10.7 Promover a fiscalização/conferência e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta da entrega dos produtos, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos do Edital.
- 10.8 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor.

XI - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- 11.1 Executar a entrega do objeto desta licitação em conformidade com os parâmetros delineados em proposta apresentada e com os rigores previsíveis em normas de regência.
- 11.2 Manter à frente pessoa qualificada para representá-la junto à fiscalização.
- 11.3 Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, que por qualquer motivo fique impossibilitado de realizar o fornecimento.
- 11.4 Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao PROCON ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da execução do fornecimento, ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização.
- 11.5 Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução dos serviços objeto deste Edital.
- 11.6 Cientificar o PROCON do andamento da entrega, quando for o caso.
- 11.7 Participar ao Poder Público, com a antecedência necessária, eventuais diligências a seu encargo.
- 11.8 Antes de apresentar sua proposta o licitante deverá analisar e consultar as especificações, executando todos os levantamentos de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão se alegadas à entrega em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou de quantidade.



- 11.9 Caberá ao licitante consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do objeto especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso da entrega devido ao não cumprimento por parte do fornecedor.
- 11.10 O licitante vencedor deverá manter, durante toda a execução dos serviços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 11.11 Correrá por conta do licitante qualquer prejuízo causado ao material/produto em decorrência do transporte.
- 11.12 Prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas.
- 11.13 A empresa vencedora ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros, reparando às suas custas os mesmos, sem que lhe caiba indenização por parte do PROCON.
- 11.14 Repor os materiais em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição daqueles que estejam em desacordo com este Edital ou estejam com defeito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da comunicação à empresa.
- 11.15 Responder por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, visto que os seus empregados não manterão nenhum vínculo com a Contratante.

XII - DA FORMA DE PAGAMENTO.

- 12.1 O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.
- 12.2 Deverão estar incluídas, no preço do objeto, todas as despesas, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, tais como frete, carga, descarga, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.
- 12.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega, condicionado à apresentação da documentação fiscal e liquidação da despesa, a qual será processada no PROCON.
- 12.4 A Nota Fiscal Eletrônica NF-e deverá ser enviada através de arquivo eletrônico ao e-mail cotacao.procon@uberabadigital.com.br
- 12.5 Caso a empresa seja domiciliada neste Município, a contratada deverá apresentar a "CNDM Certidão Negativa de Débitos Municipais do Município de Uberaba".
- 12.6 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser automaticamente descontadas do pagamento a que fizer jus ao licitante vencedor.



- 12.7 A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto da licitação estiver em total conformidade com as especificações.
- 12.8 Caso não ocorra o pagamento na data prevista no subitem 12.3 por culpa do PROCON, o valor será corrigido pelo INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE.
- 12.9 A despesa referente à presente contratação deste Edital será empenhada na seguinte dotação orçamentária:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

- 3610.04.122.293.2680.33903016.0100.19130
- 12.9 Fonte de recurso: Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.
- 12.10 O licitante vencedor deverá fornecer, juntamente com a documentação, declaração da qual conste o número da conta corrente, agência e nome do banco para respectivo pagamento.

XIII - DAS PENALIDADE E SANÇÕES.

- 13.1 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta ou o lance, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Uberaba/MG, sem prejuízo das sanções impostas pela legislação vigente.
- 13.2 Na hipótese de descumprimento das normas deste Edital ou da inexecução total ou parcial da entrega, o PROCON, garantido a apresentação de prévia defesa, aplicará ao licitante vencedor, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis, as seguintes sanções:
- a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO por um prazo de até 05 (cinco) anos;
- b) Multa, na seguinte forma:
- b.1) 0,2% (dois décimos por cento) do valor total, por dia, que ultrapassar o prazo previsto para entrega dos materiais/produtos, até o 15° (décimo quinto) dia de atraso;
- b.2) Na hipótese de descumprimento das exigências referentes às especificações técnicas, ou de quaisquer disposições deste Edital, bem assim, atraso superior a 15



(quinze) dias, a empresa vencedora ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto.

- b.3) As multas que se referem os itens b.1 e b.2, uma vez aplicadas e para efeito de cobrança, serão automaticamente deduzidas do pagamento à credora.
- b.4) As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes.
- 13.3 A sanção estabelecida na letra "a" do subitem 3.2 poderá ser aplicada juntamente com a da letra "b" e subitens, facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 13.3.1 A sujeição da aplicação das penalidades ao exercício do contraditório não impede a Fundação PROCON de, a bem do interesse público, rescindir o contrato de forma unilateral e imediata, ocasião em que a defesa e o recurso administrativo não terão efeito suspensivo.
- 13.3.2 Os recursos contra a penalidade de multa e suspensão de contratação terão efeito suspensivo.
- 13.4 Os referidos valores das multas serão fixados em reais e atualizados pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE) na data de sua liquidação.
- 13.5 Sem prejuízo do exercício do contraditório, as penalidades previstas neste Edital poderão ser aplicadas pela metade caso o licitante demonstre que promoveu atos que reduziram efetivamente os danos resultantes de sua conduta, ou, ainda, no caso de culpa recíproca.
- 13.5.1 Se a redução dos danos for completa, as penalidades poderão ser reduzidas em até 2/3 (dois terços).
- 13.6 A demonstração dos fatos que ensejam a penalidade, bem como da redução a que se referem os itens 13.5 e 13.5.1, serão efetuadas em procedimento próprio e posteriormente submetidas à análise da Procuradoria Geral do Município para recomendação das providências legais cabíveis.

XIV - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 14.1 Obrigam-se, tanto os servidores desta Administração Pública quanto todos os licitantes participantes do processo de licitação, dentre outros princípios, aos postulados da legalidade, moralidade, isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- 14.2 Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o licitatório processo е à aquisição proposta no presente instrumento, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.



- 14.3 Para os propósitos disciplinados nesta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- a) **Prática corrupta:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do Termo de Contrato;
- b) Prática fraudulenta: Falsificar ou omitir atos administrativos ou fatos deles decorrentes, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução do Termo de Contrato, ou utilizar de artifícios para obter vantagens sobre os demais concorrentes;
- c) **Prática de conluio:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes participantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão de licitação, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) **Prática coercitiva:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou a sua propriedade, visando influenciar sua participação em processo de licitação ou afetar a execução do Termo de Contrato;
- e) **Prática obstrutiva:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício de direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

- 15.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.2 Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observada as disposições contidas no Decreto Municipal nº 1766/2006, que serão assinadas pelo Pregoeiro, autoridade competente, equipe de apoio e pelos licitantes presentes.
- 15.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 15.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 15.4 O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município.
- 15.5 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no PROCON, situado na Avenida Leopoldino de



Oliveira, 2976 – Bairro Estados Unidos, após a homologação e ou celebração do contrato do objeto, ora licitado.

- 15.6 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 15.6.1 A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.
- 15.6.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 15.7 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 15.8 Integram o presente Edital:
- ANEXO I Especificações e Orçamento Estimado;
- ANEXO II Modelo de Declaração de Pleno Atendimento;
- ANEXO III Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimento Legal para Licitar;
- ANEXO IV Modelo de Declaração de Não Emprego a Menor;
- ANEXO V Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:
- ANEXO VI Modelo de Declaração de Quadro Societário;
- 15.9 Fica ressalvado ao PROCON por despacho da Presidência, do qual se dará plena ciência aos licitantes, revogar ou anular a presente licitação, desde que observadas as disposições legais pertinentes (Súmulas nºs 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal e art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93).
- 15.10 Qualquer outro esclarecimento ulterior necessário será prestado junto ao PROCON, de segunda à sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas, até 24 (vinte e quatro) horas antes do início do procedimento licitatório, ou pelo telefone: (0xx34) 3334-9101 ou pelo e-mail: cotacaoprocon@uberabadigital.com.br.

Uberaba/MG, 13 de novembro de 2017

Rodrigo Mateus de Oliveira Signorelli
Presidente da Fundação Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO ESTIMADO

LOTE 01

ITEM	QUANT./UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO MÉDIO R\$
01	480 PC	PAPEL SULFITE; GRAMATURA 75 GR/M²; FORMATO A4; MEDINDO 210 X 297MM; ALVURA MÍNIMA DE 90% CONFORME NORMA ISO; OPACIDADE MÍNIMA DE 87%; UMIDADE ENTRE 3,5% (+/-1,0); COR BRANCA; EMBALAGEM BOOP; PACOTE COM 500 FLS.	21,39	10.267,20



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

A licitante(nome da
licitante), inscrita no C.N.P.J. sob o nº, com sede no
endereço sito à(endereço completo da licitante), em
cumprimento ao exigido no Edital do Pregão nº/2017, declara, sob as penas
da Lei, que cumpre plenamente os requisitos exigidos para habilitação no presente processo licitatório.
Assim sendo, para os fins que fazem de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.
Uberaba/MG,de de 2017.
(Nome da licitante e assinatura do representante legal).



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR

Declaro, sob as penas da lei e para o específico fim de participar na Licitação, modalidade Pregão Presencial nº/2017, que(nome ou razão social do licitante):
 a) Não se encontra, suspensa temporariamente de participar de licitações ou de contratar com a Fundação Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;
 Não se encontra, a qualquer título, sujeita a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público;
c) Não é, e não possui dentre os sócios, titular de mandato eletivo;
d) Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do edital da presente licitação, sujeita a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular habilitação na presente licitação, ou a eventual contratação que deste procedimento possa decorrer.
Assim sendo, para os fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.
Uberaba(MG),/2017.
Empresa: Representante legal:



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO A MENOR

Ref.: Pregão Presencial nº , inscrito no CNPJ nºpor intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a), portador (a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF nº, DECLARA , para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
Uberaba/MG, de de 2017.
(Nome do licitante e assinatura do representante legal)
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa	(nome do
licitante), inscrita no CNPJ sob o nº	
endereço sito à(ende	ereço completo do licitante), em
cumprimento ao exigido no Edital do Pregi	
DECLARA, sob as penas da Lei, que é Microemp	•
Porte, nos termos do enquadramento previsto na	Lei Complementar nº 123/2006
e alterações, cujos termos declaro conhecer na ír	ntegra, estando apto, portanto, a
participar deste procedimento licitatório.	
Assissands assess the same factor and disable as	
Assim sendo, para os fins que fazem de direito, e	por possuir poderes legais para
tanto, firmo a presente.	
Uberaba/MG, de	de 2017.
(Nome do licitante e assinatura do re	enresentante legal)
(1401110 do notarito o abbinatara do 14	sproodinanto logali



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO

A empresa			(nome	do
licitante), insc	rita no CNPJ sob o nº	, com sede	no ender	eço
sito à	(endereço con	npleto do licitante), em o	cumprime	ento
seu quadro s de sociedade inciso XII, da	Edital do Pregão Presencial nº _ ocietário servidor público da ativa, de economia mista, em atendimer a Lei Federal nº 12.708/2012, se edor a fiscalização.	, empregado de empres nto à vedação imposta pe	a pública elo artigo	a ou 18,
	Uberaba/MG, de	de 2017.		
-	(Nome do licitante e assinatura d	o representante legal)		



TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO

1. - Justificativa

A presente compra tem como objetivo a aquisição de **papel sulfite**; **gramatura 75 gr/m²**; **formato A4**; visando atender as necessidades da Fundação Municipal de Proteção de Defesa do Consumidor - PROCON.

2. - Do Objeto

Constitui objeto do presente termo a aquisição de **papel sulfite**; **gramatura 75 gr/m²**; **formato A4**; visando atender as necessidades da Fundação Municipal de Proteção de Defesa do Consumidor - PROCON.

Ite m	Código/ materia I	Descrição	Medida	Quantidade
01	88	PAPEL SULFITE; GRAMATURA 75 GR/M²; FORMATO A4; MEDINDO 210 X 297MM; ALVURA MÍNIMA DE 90% CONFORME NORMA ISO; OPACIDADE MÍNIMA DE 87%; UMIDADE ENTRE 3,5% (+/-1,0); COR BRANCA; EMBALAGEM BOOP; PACOTE COM 500 FLS.	PC	480

1. - Prazo de Entrega

1.1. O fornecimento será em <u>Entrega Única, ou seja, até 10 dias</u> a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

2. Dotação Orçamentária

As despesas objeto deste processo de compras ocorrerá por conta da(s) dotação(ões) do orçamento de 2017, apresentada na(s) requisição(ões) anexa(s).

3. Das Obrigações da Contratada

- **3.1.** Correrá por conta da CONTRATADA qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte.
- 3.2. Antes de apresentar sua proposta o licitante deverá analisar consultar as especificações, executando todos os levantamentos, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão se alegada ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou de quantidade.



3.3. Caberá à CONTRATADA consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do material especificado, não cabendo, portanto a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

4. Obrigações do PROCON

- **4.1.** Solicitar a CONTRATADA a entrega de material indicando o dia que o material deverá ser entregue, local e horário, caso diferente do estabelecido no presente Termo.
- **4.2.** Efetuar o pagamento no prazo indicado no item condições de pagamento.

5. Condições de Pagamento

O pagamento se dará em até <u>30 (trinta) dias</u> após a entrega do material, acompanhado da nota fiscal correspondente e após carimbo e assinatura do(s) responsável(veis) pelo cumprimento do estágio de liquidação da despesa, ou seja, comprovação do procedimento de recebimento do material.

6. Da Modalidade de Licitação

O certame será realizado através de Processo Licitatório, do tipo menor preço, em conformidade com a Lei vigente.

7. Dos Critérios de Aceitação

O critério de aceitabilidade será o menor preço estimado, desclassificando-se as propostas cujos preços o excedam, ou seja, manifestamente inexequíveis.

8. Dos Critérios de Julgamento

Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço, observadas as especificações técnicas definidas no Edital, no item 02 deste Termo de Referência.

Uberaba, 01 de novembro de 2017.

Rodrigo Mateus de Oliveira Signorelli Presidente da Fundação Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON.